



Termo de Referência

1. Identificação do objeto

Contratação de empresa especializada para realização de exames de Polissonografia nas dependências da contratada, conforme previsto no Anexo e nas condições apresentadas neste termo, a todos os pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde.

2. Documentação técnica necessária

- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) no município de São José dos Campos, devidamente atualizado e com os nomes dos profissionais indicados para atendimento do objeto;
- Apresentar Licença Sanitária vigente de acordo com os procedimentos a serem realizados, bem como, licença dos equipamentos disponíveis para o atendimento (quando couber);
- CRM dos profissionais médicos que realizarão os exames, bem como respectivo Certificado de especialização ou residência médica.

3. Oas condições gerais para realização dos exames

Visando facilitar a acessibilidade do paciente, os exames deverão ser realizados no município de São José dos Campos e nas dependências da contratada.

A polissonografia é o método diagnóstico realizado através do registro de três parâmetros mínimos: eletroencefalograma, eletro-oculograma e eletromiograma sub-mentoniano que quantifica e qualifica o sono, registrando ronco, fluxo de ar, oxigenação, posição e parâmetros acessórios como o fluxo aéreo nasal, a oximetria, o esforço respiratório, o eletrocardiograma, o eletromiograma tibial anterior, dentre outros.

A empresa contratada devesa apresentar seu protocolo e orientações de preparo prévio para realização do exame constante no Anexo.

São de responsabilidade do prestador todos os insumos e profissionais necessários para a realização dos procedimentos contratados, sem ônus para os pacientes e a contratante.

A empresa contratada devesa utilizar o Sistema de Atendimento Municipal de Saúde (SAMS) para formatar e gerar a agenda dos exames constantes no Anexo, disponibilizando-a integralmente no sistema ate o dia 15º dia útil do mês anterior.

O contato com os pacientes para agendamento dos exames será realizado pela Central de Agendamento da Secretaria de Saúde.

O prestador devesa registrar no SAMS os respectivos apontamentos na agenda, em ate 72h após a ocorrência, de acordo com o status do paciente (falta e presença).

Na ocorrência de impedimento do cumprimento da agenda, a que der causa o prestador, o reagendamento do paciente devesa ser garantido no prazo máximo de 30 dias.

A empresa contratada é responsável pela emissão dos laudos dos exames que deverão ser redigidos com clareza em papel timbrado, devidamente assinados pelo médico responsável e conter identificação do profissional solicitante, da unidade de saúde solicitante e identificação do paciente.

Deverá entregar os laudos dos exames em até 5 (cinco) dias úteis. Excepcionalmente, havendo urgência, a Secretaria de Saúde poderá solicitar a entrega do exame em menor tempo.

A contratada deverá ainda providenciar interface com o sistema SAMS para visualização do laudo e imagem em consultório médico da contratante ou de seus contratados.

5. Do pagamento

Será realizado pagamento apenas dos procedimentos informados e apontados no SAMS.

faturamento do SIA/SUS deverá ser entregue no Departamento de Regulação e Controle (DRC) até o 5º dia útil do mês subsequente ao atendimento, contendo:

- Os arquivos do BPA (Boletim de Produção Ambulatorial — consolidado/individual) em meio magnético e respectivo relatório impresso emitido pelo SAMS ou outro Sistema que venha substituí-lo.
- Deverá ser disponibilizado arquivo do banco de dados dos atendimentos mensais (arquivo SMS), no caso do uso de sistema próprio conforme layout pré-estabelecido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- As solicitações (SADTs e/ou APACs) deverão vir assinadas pelo paciente ou responsável.
- Os relatórios de conferência deverão estar codificados com os códigos dos procedimentos da Tabela SUS vigentes e constantes do Anexo e deverão ser encaminhados em caixas de arquivo na ordem dos relatórios impressos, para fins de conferência, devendo este processo ser mantido até que se efetive a proposta em andamento de faturamento via laudo inserido no SAMS.

Após a conferência da fatura o DRC solicitará ao prestador a emissão da Nota Fiscal, encaminhando-a juntamente com o relatório consolidado dos atendimentos, para providências quanto à liberação do pagamento.

6. Considerações Gerais

O prestador deverá manter seus recursos humanos, tecnológicos e capacidade instalada e insumos, necessários ao atendimento dos quantitativos previstos no Anexo.